

# “Espera-se uma atuação célere e expedita nas medidas avançadas pelo Governo”

A atual situação de crise está a colocar as nossas empresas face a um enorme desafio. A APFAC sublinha, por isso, duas mensagens chave que constituem as nossas prioridades no combate a esta já “declarada” guerra: segurança de todos e garantia de cash flow.

A proteção da saúde é absolutamente prioritária e por isso a APFAC deixa um apelo a todos, cidadãos e instituições, para seguirem com rigor as instruções recebidas das autoridades, em particular as da saúde, nomeadamente, da DGS.

A pandemia e o consequente estado de emergência impõe-nos enquanto sociedade a necessidade de repensarmos o nosso papel enquanto cidadãos, mas também uma alteração nas nossas rotinas e nos hábitos de higiene, agora reforçados para impedir o contágio. Hoje, mais do que nunca, é fundamental lembrar que “todo o cuidado é pouco”.

Mas se aos cidadãos se exigem comportamentos responsáveis, também cabe às empresas um papel determinante na garantia de regras de segurança implementadas no dia-a-dia da sua atividade. Devem ser cumpridas sem exceção, nomeadamente o afastamento de segurança, higienização e alteração de alguns hábitos sociais que até hoje eram normais, enfrentando assim o COVID-19 com determinação, ambicionando o sucesso nesta luta da comunidade.

Nas empresas associadas da APFAC, o contato com o exterior foi reduzido ao mínimo. Sente-se que os profissionais estão cientes desta nova realidade e seguem as novas regras definidas, de forma escrupulosa.

Ao efetivar a nossa primeira prioridade - a segurança - estamos a dar o primeiro passo para garantir a continuidade da atividade económica.

Manter as nossas empresas em laboração é também uma forma de assegurar a redução do impacto desta crise sanitária na nossa economia. Com bom senso e no estrito cumprimento das regras delineadas pelas autoridades, a APFAC deseja que as quebras de produção neste setor não atinjam níveis dos quais as empresas não possam recuperar. Parece-nos, aliás, que as condições de segurança adicionalmente introduzidas permitem a continuidade dos ritmos de produção.

Desta forma, a APFAC defende que as autoridades devem garantir que a atividade do setor da construção continue, mesmo que, eventualmente, venha a sofrer algum decréscimo, decorrente de situações pontuais de paragens de obras.

O cliente final da construção, os construtores, os aplicadores especializados e os distribuidores de materiais de construção têm realidades muito diferentes. Sabemos também que o nosso tecido empresarial é constituído fundamentalmente por pequenas e médias empresas. Desta forma, as medidas já avançadas pelo Governo, como linhas de crédito, a prorrogação do cumprimento de obrigações fiscais e contributivas e a flexibilização do lay-off para empresas afetadas, estão alinhadas com o que a APFAC defende, mas é fundamental adaptar as medidas a implementar, para que a ajuda chegue efetivamente a todos.

Sobretudo, o que a APFAC espera junto do nosso Governo é uma atuação célere e expedita porque caso essa ajuda não seja efetiva, a falta de liquidez será um problema sério a enfrentar e consequentemente a dificuldade na manutenção dos postos de trabalho.

É nossa convicção que só um eficiente e rápido apoio poderá ditar uma recuperação mais rápida da economia, situação para a qual todos iremos trabalhar de uma forma focada e organizada. ■



**Luís Goucha**

Presidente da Associação Portuguesa de Fabricantes de Argamassas e ETICS (APFAC)

**“As medidas já avançadas pelo Governo, como linhas de crédito, a prorrogação do cumprimento de obrigações fiscais e contributivas e a flexibilização do lay-off para empresas afetadas, estão alinhadas com o que a APFAC defende, mas é fundamental adaptar as medidas a implementar, para que a ajuda chegue efetivamente a todos”**

NOTA: O CONSTRUIR manteve a grafia original do artigo